

ÍNDICE

Abreviaturas	11
Nota introdutória	13
CAPÍTULO I	
O DIREITO PENAL DA EMPRESA E A TEORIA DA INFRACÇÃO PENAL.	15
1. Contextualização: o direito penal da empresa como categoria evolutiva do direito penal económico	15
2. O direito penal da empresa: delimitação conceptual e âmbito de aplicação	19
3. Dissonâncias no contexto da teoria da infracção criminal	22
3.1 Princípio da legalidade, normas penais em branco e conceitos indeterminados	23
3.2 O princípio do bem jurídico e a tutela de interesses colectivos.	26
3.2.1 Os delitos cumulativos.	28
3.2.2 A constituição de assistente	29
3.3 Responsabilidade criminal pelo produto	33
3.4 Autoria e comparticipação	35
CAPÍTULO II	
A RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES	37
1. Considerações introdutórias.	37
2. O fim do milénio e a tendência de responsabilização “para cima”	40

3. Primeira questão: autoria e participação em crimes dolosos por acção	47
4. Segunda questão: a autoria e a participação em crimes específicos	58
5. Terceira questão: o dever de garante e a autoria por omissão	68
CAPÍTULO III	
A RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA COLECTIVA	77
1. Breve nota histórica	77
2. Modelos de responsabilização da pessoa colectiva	84
2.1 A responsabilidade civil (subsidiária ou cumulativa)	84
2.2 A responsabilidade administrativa	85
2.3 Modelos e medidas mistas	86
2.4 As medidas de segurança	88
2.5 A responsabilidade criminal do ente colectivo.	88
3. Os modelos de imputação do facto criminal à pessoa colectiva	89
3.1 Os modelos de hetero-responsabilidade e de auto-responsabilidade	89
3.2 A culpa da pessoa colectiva	92
3.2.1 A culpa por defeito da organização, proposta por Klaus Tiedemann	92
3.2.2 O modelo analógico, proposto por Jorge de Figueiredo Dias	93
3.2.3 O modelo dos lugares inversos, proposto por José de Faria Costa	93
3.2.4 A culpa construtiva empresarial, proposta por William S. Laufer	94
4. A jurisprudência brasileira e a discussão sobre a “teoria da dupla imputação”	95
CAPÍTULO IV	
A RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS COLECTIVAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO PORTUGUÊS	99
1. Os regimes legais (geral e especiais) e as suas dissonâncias	99
2. O modelo de imputação do facto à pessoa colectiva	105
2.1 Consequências práticas e exemplos jurisprudenciais.	108
2.1.1 A autonomia das responsabilidades colectiva e individual	108
2.1.2 A violação de deveres por um sujeito “qualificado” como condição de imputação do facto à pessoa colectiva.	109

2.1.3 O juízo de imputação e o objecto do processo	110
3. A irresponsabilidade do Estado, de pessoas colectivas no exercício de prerrogativas de poder público e de organizações de direito internacional público.	112
4. As penas aplicáveis à pessoa colectiva	114
5. A responsabilidade subsidiária e solidária dos dirigentes empresariais pelas sanções aplicadas à pessoa colectiva	116
6. Comparticipação entre pessoa colectiva e pessoa singular?	119
 CAPÍTULO V	
COMPLIANCE E DIREITO PENAL DA EMPRESA	123
1. Nota introdutória	123
2. Os programas de cumprimento e a sua relação com o direito penal	124
3. Implicações do programa de <i>compliance</i> na responsabilidade da pessoa colectiva.	128
3.1 <i>Compliance</i> e exclusão da imputação do facto à pessoa colectiva	128
3.2 <i>Compliance</i> e sanção.	131
3.3 <i>Compliance</i> e negociação do processo penal	132
3.4 Referência ao ordenamento jurídico português.	134
4. <i>Compliance</i> e responsabilidade penal das pessoas singulares	135
4.1 A responsabilidade dos dirigentes empresariais.	135
4.2 A responsabilidade do <i>compliance officer</i>	137
 BIBLIOGRAFIA CITADA	141